

Movimentos migratórios estampados na imprensa brasileira: o imigrante agricultor, a bailarina e a opinião pública

Movimientos migratorios publicados en la prensa brasileña: el inmigrante agricultor, la bailarina y la opinión pública

Hélio José Santos Maia¹

Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira²

RESUMO

Os momentos históricos estampados em periódicos mostram problemas que são tratados como fragmentos de realidade e de opinião de juízo de valor de quem escreve, embora represente um instantâneo no qual a sociedade de uma época está sendo moldada. O objetivo desse trabalho é mostrar um momento histórico envolvendo migrações do pós-guerra para o Brasil por meio do que a imprensa veiculava. Como metodologia utilizou-se de pesquisa documental no acervo da revista "O Cruzeiro" e em jornais da época em busca das informações sobre o assunto veiculado para o público. O estudo procura mostrar, de um lado, o posicionamento de alguns e sua visão salvacionista da imigração dos deslocados de guerra, por outro, se evidencia as críticas da imprensa que influenciava a opinião pública com o descontentamento pela chegada de imigrantes sem o perfil pretendido. Como conclusão, evidencia-se a capacidade que a imprensa possui de dividir a sociedade em seus posicionamentos.

Palavras-chave: Imigração. Pós-guerra. Periódicos. Deslocados de guerra. Opinião pública.

1 Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) no curso de graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional (PPGEMP/FE/UnB). E-mail: heliomaia@unb.br. <https://www.researchgate.net/profile/Helio-Maia-2> ; <https://unb.academia.edu/HelioMaia>.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA). Atua no ensino de graduação em Pedagogia e nos Programas de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional e no Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC). E-mail: uraniamaia@gmail.com. <https://www.researchgate.net/profile/Urania-Auxiliadora-Santos-Maia-De-Oliveira>.

RESUMEN

Los momentos históricos publicados en periódicos muestran problemas que son tratados como fragmentos de la realidad y de opinión desde el juicio de valor de quien escribe, aunque represente un momento en el cual la sociedad de una época está siendo conformada. El objetivo de este estudio es mostrar el momento histórico que envuelve las migraciones de la posguerra hacia Brasil, por medio de lo que era informado por la prensa. Como metodología, se utilizó la investigación documental en la colección de la revista "O Cruzeiro" y en periódicos de la época, en búsqueda de las informaciones sobre el asunto divulgado para el público. El estudio busca mostrar, por una parte, el posicionamiento de algunos y su visión salvacionista de la inmigración de los desplazados por la guerra, y por la otra, se evidencian las críticas de la prensa que influenciaba la opinión pública con el descontento por la llegada de inmigrantes sin el perfil pretendido. Como conclusión, se constata la capacidad que la prensa posee para dividir a la sociedad en sus posiciones.

Palabras clave: Inmigración. Posguerra. Periódicos. Desplazados por la guerra. Opinión pública.

INTRODUÇÃO

O estabelecimento do jornalismo como instrumento para a formação da opinião pública no século XX, no Brasil, fez surgir um modelo de revistas semanais para o jornalismo de massa. Esse estabelecimento veio sendo gestado nos séculos passados, embora tenha sido no século XIX sua constituição como comunicação de massa, segundo atestam Silveira et al. (2018, p. 66),

É ainda no século XIX que se estabelece a comunicação de massa, originária das tecnologias de comunicação, do processo de industrialização, da produção e da distribuição de mensagens culturais para o público formador da massa social. Tudo isso com o objetivo de informar, educar, entreter ou persuadir, viabilizando a inclusão individual e coletiva na realização do bem-estar da comunidade.

Diante dos nobres objetivos apontados acima sobre a comunicação de massa inaugurada no período, utilizando-se inicialmente de instrumentos como jornais e posteriormente de periódicos como revistas, a credibilidade das notícias como seu principal produto enraizou-se na representação coletiva de que esses meios de comunicação passaram a gozar. A verdade passa a ser a principal "garota-propaganda" para sua comercialização. Apesar da evolução tecnológica, com o passar do tempo em todos os campos, genericamente, e nas comunicações em particular, o que determinou a valorização da notícia

para a sociedade na gênese da imprensa, continua ainda hoje em evidência, como apontam Silveira et al. (2018, p. 66),

Desde o início, suas marcas mantêm-se as mesmas: a notícia, a busca pela verdade, a independência, a objetividade e a prestação de serviços. A ideia de que o jornalismo promove informação e não propaganda transformou a notícia em um produto baseado em fatos e não em opiniões.

O processo de noticiar por meio de instituições organizadas que criaram um instrumento sedutor como a revista, que se arvorou em oferecer a verdade dos fatos, por meio do testemunho fotográfico e do ocorrido narrado muitas vezes por seus protagonistas, permite concluir que “a revista oferta modos de conhecer a atualidade, informa e quer orientar sobre nossa temporalidade complexa” (Schwaab, 2013, p. 58).

Na vanguarda da informação unilateral, o surgimento das revistas ditou caminhos da moda em suas reportagens internacionais glamorosas sobre tendências para a próxima moda da estação, atraindo “madames” e postulantes a “madames”, mas também permitiu a veiculação de temas polêmicos que certamente contribuíram para representações sociais que tiveram o potencial de influenciar decisões governamentais. Um desses temas polêmicos que frequentou os noticiários de jornais e revistas do século XX diz respeito aos deslocados de guerra no final da Segunda Guerra Mundial e a instalação de comissões internacionais e nacionais para, segundo critérios específicos, selecionar perfis dos que poderiam migrar para o Brasil em atendimento a demandas específicas para o mundo do trabalho. Porém, a profusão de informações, muitas vezes contraditórias, estampadas nos periódicos populares sobre essas correntes migratórias que varreram o mundo no pós-guerra, dividiu a sociedade entre os que apoiaram as migrações e os que foram contrários, todos modelados em suas opiniões pelo poder da imprensa de então.

Dentro da temática mencionada acima se tem o objetivo desse trabalho. Inicialmente de modo sucinto, procura-se mostrar as migrações e deslocamentos populacionais em um panorama histórico. Faz-se em seguida a descrição da metodologia utilizada na pesquisa e situa-se o objeto de estudo a partir de matéria veiculada em revista importante de circulação nacional do pós-guerra, apontando-se a autoria e breve relato sobre seus autores. Procede-se, em sequência, à análise do período histórico e do que se veiculava na imprensa sobre o assunto, chegando-se às considerações finais, onde se conclui sobre a capacidade da imprensa em conformar a sociedade a uma visão de mundo.

DESLOCAMENTOS HUMANOS, MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

As migrações possuem diferentes facetas e motivações. Para uma abordagem conceitual, o termo migração é definido pela Organização Internacional de Migrações (2010, p. 40), como sendo um processo de atravessamento de uma “fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos”. Portanto, a amplitude do conceito requer a integração de outros conceitos tributários e que fogem ao escopo desse artigo.

No passado da humanidade, migrações representaram a dispersão nômade sobre a Terra em busca de melhores condições de sobrevivência diante das intempéries do ambiente hostil. Em cada período da história possuíram contextos e motivações diferentes, como a diáspora do povo judeu para o Egito e seu êxodo em busca dos seus antigos territórios. Mas modernamente se praticou migrações forçadas, como no período da escravização de povos africanos para forçá-los ao trabalho no “Novo Mundo”. A OIM (2010) define migração forçada como movimento migratório em que existe coação, ou seja, ameaça à vida ou à sobrevivência. Por certo, uma característica existente na diáspora africana para escravidão no período colonial. Os povos africanos trazidos cativos para o Brasil em um movimento forçado são tratados como um “negócio rentável” para a economia colonial exploratória como visto em Furtado (2000), quando trata das colônias de povoamento e das colônias de exploração, portanto, nos contextos coloniais os povos africanos, com efeito, foram tratados como mercadorias. Ainda que Ribeiro (1995) aponte os africanos como uma das matrizes do povo brasileiro, como o faz com o indígena autóctone e com o europeu, não é comum na literatura sobre migrações mencionar “colônias africanas” no Brasil Colônia.

Em todo caso, todas essas maneiras de movimentação de povos, possivelmente gestaram fusões culturais e intercâmbios de ideias, embora, a depender da densidade de migrantes em um novo território, aspectos culturais tendam a se manter intactos, preservados pelos quantitativos populacionais em diáspora. Todavia, embora aspectos diversos determinem pluralidade nas condições e nos agentes motivantes, há características comuns em todas, como atestam Goucher e Walton (2011, p. 25),

Todas as migrações compartilham uma característica comum de deslocamento. As pessoas deixam sua terra natal e viajam para um novo lugar com alguma distância. A maioria dos viajantes - sejam colonizadores, conquistadores ou refugiados - era absorvida gradualmente por suas novas comunidades, trocando uma linguagem e cultura por outra. Um tipo distinto

de comunidade formada por emigrantes vindos em número suficiente permite que eles mantenham sua cultura original e sua linguagem.

Possivelmente a preservação de cultura original e língua de migrantes em função de migrações massivas se enquadre mais adequadamente como diáspora. Ainda segundo Goucher e Walton (2011) o termo “diáspora” vem do grego com significação de “a dispersão ou disseminação de sementes”. Nesse sentido, se aplica a deslocamentos populacionais coletivos que preservam suas identidades na nova terra. Nesse entendimento, é perfeitamente compreensível a noção de “colônias” de diversos povos no território brasileiro, por exemplo: a colônia italiana, a colônia japonesa, a alemã, a polonesa, etc. Embora esses contingentes populacionais tenham diferentes agentes motivantes para seus deslocamentos, a congregação dos indivíduos em comunidades de semelhantes representa a sobrevivência cultural desses povos ainda que em espaços não nacionais.

Mas, é importante apontar as características e intenções das levas migratórias de colonização branca europeia para o Brasil nos séculos XIX e XX. Segundo Maia e Silva (2016), no século XIX, sobretudo pela influência de novas ideias como a eugenia, é incentivada a imigração europeia para o Brasil, sobretudo em função da abolição da escravidão, visando um branqueamento da população, “em busca de uma sociedade menos “bárbara”, caráter atribuído aos negros” (Maia e Silva, 2016, p. 121).

“Um exemplo emblemático é retratado na obra do pintor galego, Modesto Brocos, radicado no Brasil em 1890 que pintou *A Redenção de Cam* em 1895, obra hoje exposta no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Nela pode-se observar no primeiro plano uma senhora negra com as mãos erguidas aos céus, ao seu lado a filha mulata que tem ao colo uma criança branca, filha do homem italiano visto do outro lado com um ar de satisfação e afastamento. A mulher negra com as mãos erguidas agradece a Deus o fato de o neto ter nascido branco, representando a redenção da maldição de Cam” (Maia y Silva, 2016, p. 121).

O contexto histórico em que ocorreram as migrações do século XIX e XX para o Brasil, envolve a compreensão do sanitarismo e do higienismo, em que a preocupação não se restringe às condições de saúde da população brasileira, mas também a “limpeza” racial. De todo modo, em migrações individuais ou em grandes contingentes, as guerras sempre apresentaram entre suas consequências o deslocamento de pessoas de seus territórios para resguardar, sobretudo, suas vidas. No mundo moderno, representam possivelmente uma das mais poderosas forças produtoras de imigração. Assim, segundo Goucher e Walton (2011, p. 32),

Prisioneiros de guerra sempre foram migrantes forçados. Fugindo de guerras e da opressão, eles encontraram novas

oportunidades para sua habilidade de se realocar a meio mundo de distância. Refugiados econômicos e políticos, durante e após as duas Guerras Mundiais do século XX, resultaram em grandes deslocamentos de populações e levantaram a questão da definição legal internacional do status de refugiado.

Nesse contexto, capturar um instantâneo do passado recente sobre a temática dos migrantes de guerra é possível pela análise de documentos históricos, como periódicos que circulavam na sociedade naquele momento. Assim, estudar temáticas específicas nas revistas de época é buscar em seus contextos o panorama social instantâneo do que circula no meio social como representação coletiva. Partindo dessa premissa, o objetivo do trabalho em tela é tão somente apresentar um ponto delicado dessa temática veiculada no pós-guerra em uma das revistas mais populares que o Brasil já teve: “O Cruzeiro”. A revista foi lançada em 10 de novembro de 1928 no Rio de Janeiro, era semanal e editada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O tema que se busca analisar entre os movimentos migratórios, ocorridos no mundo do pós-guerra na segunda metade da década de 1940 e início da década de 1950, para o Brasil, estamparam a revista “O Cruzeiro” e alguns jornais da época como consulta secundária ao tema. Para o trabalho, a metodologia utilizada consistiu no exame dos números publicados sobre o tema em “O Cruzeiro”. A consulta ao acervo da revista se deu a partir do repositório da mesma disponível de forma virtual no sítio da Biblioteca Nacional, na internet³. A hemeroteca da Biblioteca Nacional permite a busca, em seu banco de periódico, de um específico e após o acesso, o instrumento permite a busca por termos particulares. Assim, para essa busca foram utilizadas palavras-chave pertinentes à pesquisa: migração, imigração, imigrante, migrante, deslocados de guerra. Para o termo “migração” retornaram 107 ocorrências, para o termo “imigração” retornaram 346 ocorrências, para o termo “imigrante” retornaram 202 ocorrências, para o termo “migrante” retornaram 14 ocorrências, já para a expressão “deslocados de guerra”, retornaram 11 ocorrências. A maioria das ocorrências apresentaram apenas os termos inseridos em matérias de diversas temáticas, sem um envolvimento direto com o que se buscava investigar. Assim, focou-se nas 11 ocorrências da expressão “deslocados de guerra”. Nesse sentido, duas matérias importantes sobre o assunto aparecem na edição 49 da revista em 1949, datada de 24 de setembro, sendo essa a matéria escolhida para reportar e analisar, já que trata diretamente do que se queria pesquisar, e outra matéria na edição 12 de 1952, de 5 de janeiro, com um caráter subsidiário sobre o tema. O título da matéria de 1949 é “O duplo crime da imigração”, texto de Franklin de

3 Acesso ao acervo de O Cruzeiro disponível em <https://bit.ly/34dUktw>.

Oliveira com fotografias de Luciano Carneiro. A matéria de 1952 traz o título *Imigrantes de Luxo*, de José Leal com fotografias de Flavio Damm e Badaró Braga.

SOBRE OS AUTORES DA MATÉRIA “O DUPLO CRIME DA IMIGRAÇÃO”

O autor trata-se de José Ribamar Franklin de Oliveira, jornalista e crítico literário nascido em São Luís - MA em 12 de março de 1916 e falecido no Rio de Janeiro em 6 de junho de 2000. Após passagens por jornais e revistas, em 1944 deslocou-se para “O Cruzeiro” e, por 12 anos, foi responsável pela coluna de abertura da revista intitulada “Sete dias”. Exerceu também o posto de editorialista e crítico literário do jornal “Correio da Manhã” em 1956 e, em 1960, desempenhou cargos políticos no governo Leonel Brizola, em Porto Alegre. Em 1964, por ocasião do início dos governos militares, teve seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1, retornando ao jornalismo. Nesse período, foi redator do jornal “O Globo” e colaborava com a “Folha de S. Paulo”, onde assinava artigos políticos. Era membro da Academia Maranhense de Letras e em função de vasta obra recebeu vários prêmios literários, inclusive o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, em 1982, por sua obra. Quanto ao autor das fotografias da matéria, Luciano Carneiro, trata-se do emblemático fotógrafo cearense, nascido em Fortaleza no ano de 1926, da revista “O Cruzeiro”, um dos primeiros correspondente de guerra do Brasil, tendo se notabilizado por sua cobertura da Guerra da Coréia, em 1951, quando saltou de paraquedas com o Exército americano; cobriu também a entrada de Fidel Castro em Havana, no ano de 1959, e faleceu no mesmo ano em um acidente aéreo⁴, ao retornar de uma cobertura de baile de debutantes em Brasília para a revista “O Cruzeiro”⁵.

A MATÉRIA “O DUPLO CRIME DA IMIGRAÇÃO”

Como chamariz da matéria, a revista estampa em destaque que “O não restabelecimento da política imigratória implicará num atentado aos direitos humanos dos deslocados de guerra e às possibilidades de desenvolvimento econômico do Brasil” (Oliveira, 1949, p. 61). O autor inicia o texto criticando a política imigratória brasileira como estando em colapso e passível de desaprovação internacional, uma vez que o presidente de então, Eurico

4 Acervo fotográfico de Luciano Carneiro pode ser visto no sítio <https://ims.com.br/titular-colecao/luciano-carneiro/>

5 “Veja São Paulo”, *Mostra resgata coberturas do fotógrafo Luciano Carneiro, da revista ‘O Cruzeiro’*, consulta (30/03/2020), <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/mostra-resgata-coberturas-do-fotografo-luciano-carneiro-da-revista-8216-o-cruzeiro-8217/>.

Gaspar Dutra (1883-1974), havia mandado “suspender todos os embarques de imigrantes” (Oliveira, 1949, p. 61) sem motivação aparente. Porém, as políticas de imigração no Brasil até 1930 facilitaram a entrada de migrantes, mas, com a Constituição de 1937, no governo Vargas, diminuiu drasticamente e mesmo os fluxos migratórios para o Brasil chegaram a ser suspensos em 1941. Culpi (2017) informa que antes dos anos de 1930 não havia normatização sobre os imigrantes no Brasil, e que foi apenas a partir do governo Vargas que os estrangeiros passaram a preocupar, ainda que com políticas discriminatórias. Informa ainda a autora, que as constituições de 1934 e 1937, no âmbito do Estado Novo, apresentavam temores com relação aos imigrantes, tendo inclusive se estabelecido no Brasil restrições ao ingresso de estrangeiros denominados como “indesejáveis”, exceção para os brancos europeus. Os “indesejáveis” compreendiam, sobretudo, os africanos e os japoneses, o que corrobora com a perspectiva eugenista abordada acima. Nesse sentido, pode-se dizer que as políticas de migração no período eram seletivas. Diante da necessidade de se criar uma política imigratória no Brasil, em 1933, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte que se instituiu, bancadas propuseram posicionamentos em relação à questão imigratória.

Ainda que a subcomissão do Itamaraty tenha proposto encaminhamentos mais abertos aos migrantes, houve muitas críticas dos parlamentares que terminaram por aprovar uma emenda para a Constituição de 1934 que ficou conhecida como “lei de cotas”, que também foi mantida na Constituição de 1937 (Culpi, 2017). A partir do governo Dutra é que as políticas migratórias para o Brasil se tornaram mais brandas e facilitadas. Todavia, segundo Culpi (2020, p. 37) “a percepção sobre a migração não se alterou e permaneceu o aspecto seletivo”, o que pode ser visto pelo que noticiava Franklin de Oliveira, havia agora a má vontade do governo nessa facilitação.

A matéria dá nota ainda de que o problema envolvia cerca de 12 milhões de seres humanos deslocados de guerra e sem paradeiro. O texto aponta para o problema da imigração do pós-guerra e, embora evidencie que o problema já ocorria durante a conflagração, indica que após a guerra ele se intensificou e apresenta duas razões para isso:

Crescente expansão soviética obrigando a que muitas pessoas fugissem da comunização; e pela libertação de gigantesco volume de seres humanos que, no decurso da guerra, haviam sido tirados de suas pátrias e levados para o trabalho escravo nas fábricas de Hitler e em todo o parque industrial da Alemanha nazista (Oliveira, 1949, p. 62).

O temor ao comunismo inclusive levou o governo Dutra a declarar ilegal o Partido Comunista (PC) que havia participado da Assembleia Constituinte de 1946 (Luna y Klein, 2016). É muito frequente na imprensa de então, sobretudo nos jornais, uma campanha massiva anticomunista, além de estamparem o terror ao nazifascismo. Para verificar isso, basta usar palavras-chave como

“contra o comunismo”, “contra o nazismo” ou ainda “contra o fascismo” nos acervos de jornais e revistas da época em destaque na hemeroteca da Biblioteca Nacional. São retornadas milhares de inserções nos jornais e revistas do período, mostrando o quase unísono da imprensa de então sobre esses assuntos.

Segundo Andrade (2006), embora o número de pessoas nas condições de deslocados de guerra tenha sido expressivo, não constituía um grupo homogêneo e alguns não puderam ser considerados nessa condição. Um dos grupos significativos era constituído por cidadãos soviéticos que não conseguiram retornar aos seus lares mesmo após a retirada das forças alemãs, o que não configurava para esse grupo a condição de refugiados; outro grupo numeroso era formado por trabalhadores arregimentados forçadamente pelos alemães nos territórios dominados. Havia ainda outro grupo integrado por pessoas que escaparam da Europa Oriental para a Ocidental antes mesmo da guerra. Outro grupo, também numeroso, se constituía por europeus orientais que firmaram apoio às tropas alemãs com a intenção de escapar do Comunismo soviético e, por último, um menor grupo composto por judeus que sobreviveram ao Holocausto.

O fato é que rondando os terrores da guerra estavam suas consequências e, entre elas, o contingente humano de deslocados representava um problema urgente que precisava ser resolvido. Para isso as Nações Unidas, incluindo o Brasil, criam em ato internacional a Organização Internacional de Refugiados (OIR)⁶, que iniciou seus entendimentos para a fundação em 1946, mas que só se efetivou de fato em 1949 (Andrade, 2005, p. 4).

Embora Franklin de Oliveira em sua matéria questione sobre quem firmou o tratado em nome do Brasil, e como resposta apenas menciona “um delegado do Executivo, um emissário do Presidente da República”, faz um adendo de que isso ocorreu com ressalva tendo em vista a necessidade de posterior aprovação do Congresso Nacional, e por essa mesma época o Brasil estava às voltas com a votação de sua nova Constituição. Não obstante, passada as ocupações do Congresso com a Constituição⁷, este referendou a criação da OIR e a incorporação do Brasil ao organismo. Porém, alegando dificuldades financeiras, o Brasil não depositou os valores acordados como instrumento de adesão.

Em relação a esse imbróglio, Franklin de Oliveira tece críticas severas a essa situação do Brasil e questiona:

Se o Brasil sabia - e devia saber, a menos que não tivesse governo próprio - que atravessava situação difícil que não

6 *International Refugee Organization* de 1948, em 1952 teve suas operações substituídas pelo atual Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

7 Constituição organizada pela Assembleia Constituinte elaborada pelo Presidente Dutra e promulgada em 18 de setembro de 1946.

permitia combinações internacionais, por que as fez? Por que mandou um delegado? Pretendia, acaso, receber apenas o benefício das Nações Unidas? A resposta é terrível de se dar, mas é necessário que seja dada: nós nos portamos mal porque não adquirimos consciência de nossa importância internacional, porque aos nossos homens públicos mais responsáveis pela vida nacional não chegou ainda a verdade de que, pela contribuição de nosso esforço de guerra, de nossa participação na mesma, na qual imolamos milhares de vidas brasileiras, conquistamos legitimamente o direito de falar no plano internacional, falar como país líder de um continente, falar como grande potência (Oliveira, 1949, p. 62).

O autor ainda continua as narrativas dos fatos que se sucederam, e esclarece que para essa adesão à OIR o Brasil havia se comprometido a pagar 46 milhões de cruzeiros em dólares e que correspondiam ao período de 1947 a 1948, mas, em dificuldades econômicas, pagou apenas 14 milhões de cruzeiros. Esgotado o prazo e sem condições de saldar o restante, sobretudo porque faltavam dólares, em função, especialmente, da forte crise cambial, a OIR respondeu que o débito brasileiro havia sido cancelado e perdoado, portanto, os 32 milhões de cruzeiros devidos foram dispensados. Já para o período de 1948 a 1949, como a situação do Brasil persistiu, a OIR propõe que o Brasil não mais pagasse em dólares e que invertesse em cruzeiros toda a importância devida e usasse internamente no Brasil em custos de hospedagem, transporte e fixação dos deslocados. Porém, apesar de o Brasil aceitar, não cumpriu o acertado em aplicar no próprio território os recursos que deveriam ir para a OIR. Diante disso, a OIR propõe que só efetivasse a aplicação de 1949 a 1950.

Todavia, como a matéria é de setembro de 1949, o autor informa que a última proposta da OIR não havia recebido resposta ainda, e aponta como suposta resposta o fato de o presidente ter suspenso as correntes migratórias para o Brasil. Mas, sendo isso verdadeiro, infere que, “se o Brasil não fazia parte da OIR e pagou 14 milhões de cruzeiros, então temos que esse pagamento foi ilícito, indevido” (Oliveira, 1949, p. 66).

Em continuação, o autor menciona uma nota oficial do Itamaraty dando conta de que o Brasil nada devia a OIR porque não fazia parte da organização e que a quota paga era uma “dívida pura e simples”. Porém, Franklin de Oliveira desmente ao revelar que a resposta do Itamaraty contrariava o fato de que na própria Ata da constituição da OIR constar a assinatura do Brasil, além da ratificação do Congresso Nacional. Diante dessa situação, após posicionamento questionador sobre a “dívida pura e simples” à OIR do governo brasileiro, o autor informa que dívida pura e simples é o que o Brasil dá à UNRRA, a Administração das Nações Unidas para Socorro e Reconstrução⁸. Segundo Amaral Júnior e Perrone-Moisés (1999, p. 107):

8 UNRRA - *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*.

“O curso da II Guerra levou, aos poucos, os Estados aliados à conclusão de que seria necessário estabelecer um organismo responsável pelos civis deslocados em razão do conflito bélico. Como consequência, a 9 de novembro de 1943, na Casa Branca, em Washington, concluiu-se o Acordo de Criação da Administração das Nações Unidas para o Socorro e a Reconstrução, assinado pelos representantes de 44 governos. A Unrra - primeira organização internacional a incorporar as palavras “Nações Unidas” em seu título - foi criada cerca de dois anos antes do estabelecimento da Organização das Nações Unidas, o qual só ocorreu por meio da assinatura de sua Carta constitutiva, a 25 de junho de 1945.”

Àquela altura Franklin de Oliveira menciona que “o preço de deslocado de guerra, ‘per capita’, é de trezentos e trinta dólares” e que o Brasil havia recebido até aquele momento vinte mil deslocados. Em uma conta simples, assim se coloca:

“Logo, contra a sua quota, e quota para ser paga e aplicada no Brasil, para ficar circulando dentro de casa, o Brasil recebeu trezentos e trinta dólares vezes vinte mil deslocados, ou sejam, 6.600.000 dólares que, convertidos a câmbio de vinte cruzeiros, dão cento e trinta e dois milhões de cruzeiros. Onde, pois, a dádiva, ‘pura e simples?’” (Oliveira, 1949, p. 66).

Com ironia, Franklin de Oliveira escreve ainda que nesses posicionamentos do Governo Brasileiro havia algo louvável, diante do histórico, que era pleitear das Nações Unidas e da OIR que também considerasse o Brasil como um deslocado de guerra. Diante desses entreveros, o autor reitera as críticas ao Brasil e questiona se o resultado disso tudo é seu desprestígio no plano internacional por sua incapacidade para tratar com governos de outros países.

O autor também faz uma comparação do Brasil com a situação inglesa e comenta que eles honram os compromissos assumidos, embora estejam em situação econômica bem mais grave do que a do Brasil. Refere-se ao ministro da economia à época, o senhor Corrêa e Castro, que aparentemente se colocou sensível ao drama, como tendo sido dissuadido a realizar operação de pagamento do compromisso internacional e em sequência questiona sobre os deslocados em si, nesses termos:

E o deslocado? Estará à altura de todo este drama que se criou às suas expensas no Brasil? Sua imigração representa um real benefício para o Brasil? Sim, este valor existe e se reafirma não só no terreno econômico, como no intelectual, no técnico, profissional, no étnico, no ético, sem esquecer o grande plano humano. Seis dimensões apresenta o DP’S⁹, e todas elas da

9 DP’S abreviatura da expressão em inglês *displaced persons*, deslocados.

maior importância para o Brasil. Pelo que nossa conduta é um crime não só contra a humanidade, mas contra nós mesmos (Oliveira, 1949, p. 66).

Nos argumentos que se seguem para reafirmar a atenção a ser dada aos deslocados de guerra, Franklin de Oliveira aponta entre eles que a OIR realiza a grande frente mundial contra a expansão soviética no mundo, sendo que o deslocado de guerra é o soldado deste “front”. Pois o deslocado não é um imigrante comum que deixou sua terra porque fracassou, não tendo essas características da migração tradicional. Completa o argumento dizendo que os deslocados de guerra fogem dos comunistas porque não se submetem a esse regime, portanto, por convicção ideológica ou porque tem algo a perder, como bens, “e, com a vitória de uma ditadura que procura a planificação de cima para baixo, isto é a redução do ser humano a zero, a ela não se pode inclinar” (Oliveira, 1949, p. 66).

Reafirmando o argumento anterior, Franklin de Oliveira menciona que foi esse tipo de imigração que construiu os Estados Unidos na colonização. Homens impulsionados por grandes ideais, como puritanos ingleses e huguenotes alemães, que segundo o autor, eram o que de melhor a Europa possuía nos séculos XVII e XVIII, mas que sofrendo perseguições de ordem religiosa, idealística e filosófica, buscaram nova pátria onde pudessem viver livres e dignamente. Com essa comparação, apresenta como indiscutível o alto padrão moral dos DP’s tangidos de suas pátrias pela fúria soviética e que a Rússia àquela época era a grande inimiga da OIR por uma simples razão: perder 12 milhões de homens depois da guerra, quando a URSS precisava se recuperar economicamente, era um duro golpe. Completa o argumento de modo ácido ao dizer que:

[...] não eram só escravos que perdiam os Sovietes: perdiam também possíveis soldados, ou, pelo menos, “carne para canhão”, para uma possível guerra - a luta ideológica do Leste contra o Oeste. Esta a razão pela qual a União Soviética tudo fez para atrair para suas fronteiras os DP’S, acenando-lhes até com melhores condições de vida do que teriam os trabalhadores soviéticos - prometeu tanto porque tanto os queria que chegou até a, na promessa, contradizer as ideias filosóficas de sua ditadura policial Oliveira, 1949, p. 66).

Sobre a identificação da resistência do mundo socialista, Andrade (2005) aponta que durante a segunda parte da primeira sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, no ano de 1946, na qual foi votada a Constituição da OIR, o Bloco socialista votou em contrário à constituição do organismo, desejando manter a problemática dos refugiados fora da Agenda internacional. Assim, segundo Andrade (2005, p. 5), “A votação, portanto, refletiu a criação de uma organização que, apesar de originalmente ter como escopo propósitos humanitários, já exibia muitas características de natureza essencialmente política”.

Sobre as dinâmicas da migração da época retratada por Franklin de Oliveira, esse aponta que as técnicas de imigração haviam mudado e que não era mais espontânea e livre como a tradicional da era do liberalismo vitoriano. Aponta ainda que a concepção de política imigratória romântica que procedia de 1820 havia colapsado, sendo substituída por uma concepção formada nos Escritórios de Trabalho da Liga das Nações por meio uma série de conferências do período. Que segundo ele, “deram ao problema um caráter de combinação internacional, portanto, dirigido e planejado no âmbito internacional” (Oliveira, 1949, p. 66).

No entendimento de Franklin de Oliveira, a imigração havia evoluído em seu conceito e associava-se de maneira inalienável à ideia de colonização. Porque, segundo o autor,

O país que desejasse uma imigração poderia escolher seus imigrantes - estaria exercendo um direito; era, então, obrigado a ter um dever correspondente a esse direito: e o dever era exigido pelo país de onde saísse o imigrante. Desta forma, o problema passou a ter duas chaves, uma social e a outra, técnica. A social determina ao país que queira receber imigrantes dar a estes: casa condigna; assistência médica; assistência educacional aos filhos do imigrante; salários dignos e segurança de progresso. A chave técnica divide o problema em imigração propriamente dita podendo ser a) fase diplomática, de tratados e convênios; b) fase de seleção, de escolha conforme as necessidades econômicas do país que recebe o imigrante; c) fase de concentração para embarque; d) fase de transporte; e) fase de recepção ou hospedagem (Oliveira, 1949, p. 66).

Em outro momento, após a internalização dos imigrantes, era necessária sua colocação, se urbana ou rural, para depois fixá-los por encaminhamento, colonização e assistência. Por último procedia-se a assimilação, significando a aclimatação, adaptação, aculturação e naturalização, quando definitivamente o imigrante se incorpora à vida civil e jurídica do país. Entende ainda o autor que todas essas fases se ordenam de forma mecânica e que se uma peça falha, tudo fracassa. Portanto, na compreensão do autor, o problema em questão estava armado como uma arquitetura que, na ausência de uma coluna, tudo desabaria.

Em reforço ao seu pensamento sobre a importância do imigrante, Franklin de Oliveira recorre ao argumento de reforço populacional ao apontar que:

O imigrante representa um auxílio de povoamento - nenhum país do mundo pode, hoje, confiar apenas no seu crescimento vegetativo. Pela sua capacidade sexual adulta, o imigrante ajuda a solução desse problema de ordem demográfica - problema gravíssimo e urgentíssimo no Brasil, onde os índices de mortalidade infantil e adulta são catastróficos (Oliveira, 1949, p. 68).

Em continuidade ao pensamento, Franklin de Oliveira menciona que em um de seus trabalhos anteriores havia apontado que 60% dos brasileiros nascidos morriam antes da idade de vinte anos, portanto, bem antes de serem dados como socialmente úteis e produtivos, ou seja, necessários ao país. Mas o imigrante traz sua contribuição cultural, processos técnicos europeus, mostrando que o agricultor nacional “rende sua resistência psicológica, depois de constatar, pelos próprios olhos, e a verdade das melhores colheitas, a superioridade técnica do colono estrangeiro” (Oliveira, 1948, p. 68). Isso, no entendimento do autor, gerava aprendizagem ao nacional e o desenvolvimento do país.

Franklin de Oliveira continua seu texto sempre reforçando a importância dos imigrantes, em especial os deslocados de guerra, e questiona sobre a intensa resistência à imigração, em geral, e ao deslocado de guerra, em particular, por parte das instituições governamentais. Arremata com uma reflexão e questionamento nestes termos:

Um país que apesar dos esforços particulares de alguns abnegados estudiosos empenhados em dar uma mentalidade científica do problema, nunca conseguiu traçar uma política imigratória, poderá, em sã consciência, reclamar contra qualquer espécie de colono que tenha chegado a seus portos? (Oliveira, 1949, p. 70).

Como resposta à pergunta acima, aponta que o imigrante não é apenas um número, uma peça a mais na maquinaria da produção nacional, e retoma sua visão que supervaloriza o imigrante como aquele que ajuda a povoar a terra, sendo inteligente tomá-lo como “um mestre de tarefa, um homem cuja técnica representa uma economia de tempo na evolução da vida econômica do país” (Oliveira, 1949, p. 70). O autor vê com isso uma espécie de economia de tempo para o desenvolvimento do trabalhador nacional, uma vez que treiná-lo ao nível dos trabalhadores imigrantes levaria muito mais tempo. Assim, a colonização estrangeira ajudaria os trabalhadores nacionais com o ensino e a ampliação da riqueza social do país. Sobre isso, faz as seguintes indagações:

Gostaríamos que nos respondessem por que Blumenau e Joinville são hoje centros econômicos mais poderosos do que Florianópolis - não se deve ao fato à colonização? E por que São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul oferecem uma economia mais bem distribuída e mais rica que a economia açucareira, e a de todo Norte e Nordeste? (Oliveira, 1949, p. 70).

Fazendo-se um adendo aqui, no mesmo período há muitas matérias nas revistas, inclusive na própria “O Cruzeiro”, sobre a intensa migração nordestina para o Sudeste do país. O panorama de seca e fome do Nordeste brasileiro é estampado em fotografias cruéis da vida do povo nordestino, o que reforçava ainda mais os argumentos de Franklin de Oliveira sobre

o atraso que acometia a região citada e sua insistência na monocultura açucareira. Na visão de Franklin de Oliveira, a monocultura era algo contra a qual se deve lutar, uma doença econômica do Brasil cujos instrumentos de produção no interior possuem um atraso de sete mil anos, sendo os mesmos do homem da pedra polida. Na sua compreensão, apenas com a colonização europeia era possível aumentar e diversificar a produção agrícola brasileira.

Após todas as ênfases acerca da importância dos deslocados de guerra como agentes de desenvolvimento, Franklin de Oliveira indica razões para tentar explicar a resistência que o Brasil àquela época estava impondo a essa imigração:

Uma das razões que estariam operando contra os DP'S seria a de que (consta de relatórios oficiais) os deslocados são turbulentos, para uns; comunistas, agentes de Moscou, para outros; nazistas, remanescentes de Hitler. Pergunta-se: em que bases repousam estas acusações? Todos os Deslocados são filtrados pelos serviços de controle ideológico das forças militares de ocupação inglesa, francesa e norte-americana. Depois destes exames, passam ainda pelo crivo das Missões de Seleção do Brasil (Oliveira, 1949, p. 70).

Diante disso, questiona o autor, como após todos esses filtros poderá ainda entrar no Brasil nazistas, comunistas em tão grande quantidade que invalide toda corrente migratória? Com isso, tenta desfazer a falsa acusação e a falsa turbulência que essas populações deslocadas gerariam. Evidencia a necessidade da tolerância, pois os deslocados trazem um "background" de tragédia, dor, sofrimento à flor da pele e ainda reflete sobre a impiedade de todos os brasileiros ao mencionar situações de desigualdades e degradação que se perpetua e se tolera contra os nacionais. Aponta a incoerência dos cuidados das autoridades ao agir enviando para a Europa três comissões de seleção sem, não obstante, informar a estas missões as reais "necessidades de trabalho do país e das flutuações do mercado nacional de trabalho" (Oliveira, 1949, p. 70).

Franklin de Oliveira arremata seu texto fazendo uma crítica ao Brasil e suas deficiências e à resistência a essa imigração diferenciada que àquela época se vivenciava. Como se no Brasil apenas os incultos e ignorantes pudessem falar. Espelha-se na Argentina como um exemplo a ser seguido.

Por todas estas deficiências - tremendas deficiências da administração nacional - foi que se chegou ao ponto morto em que estamos. Muita coisa ainda poderia ser escrita em torno do problema, sua história secreta, aquela em que se condena a importação de técnicos intelectuais como se no Brasil só a ignorância e a incultura pudessem falar, quando a Argentina tem hoje grande parte dos melhores mestres universitários europeus servindo com suas ideias ao progresso mental e material do país. Onde já se viu o desenvolvimento econômico e material de um

país prescindir do florescimento de sua civilização intelectual” (Oliveira, 1949, p. 70).

Possivelmente para se referir que no Brasil exceções se transformam em regras que fortaleceram os argumentos da irracionalidade, Franklin de Oliveira termina seu texto com uma ironia nestes termos: “Um dos maiores clamores surgidos contra os DP’S teve como motivo a descoberta de uma bailarina entre os deslocados. Aqui del Rey! Toda a economia e a ordem social do país ameaçadas porque no Brasil aportou uma bailarina!” (Oliveira, 1949, p. 70).

À época, setores da imprensa criticaram imigrantes de perfil diferente dos que foram preconizados para serem aceitos no Brasil. Rachel de Queiroz em sua matéria para o jornal Diário de Notícias do Rio de Janeiro, na sua edição 7635 de 14 de setembro de 1947, intitulada “Indesejáveis”, já criticava a postura de jornalistas em censurar a chegada de imigrantes de outro perfil que não o de agricultores como apontado por Franklin de Oliveira, como foi o caso de uma escritora que havia desembarcado no Rio de Janeiro e recebeu duras reprovações da imprensa por não ser do perfil desejado. Em seu artigo de opinião Rachel de Queiroz, diante disso e em reação a esse tipo de crítica dos colegas, assim se expressou:

Oh, meus queridos amigos da imprensa da tarde, por que este horror por uma escritora? Por que motivo colocais tão baixo na escala das atividades humanas o nosso ofício de escrever, que afinal de contas é também o vosso? Que tem de especialmente ruim uma escritora - mormente neste país, onde tão poucos se dedicam a escrever? Por que há de ser indesejável essa senhora emigrante (a quem não conheço e a respeito da qual me louvo unicamente na informação do repórter) - apenas por ser escritora e não jardineira? (Queiroz, 1947, p. 1).

Embora a crença de Franklin de Oliveira na competência dos processos de seleção dos deslocados de guerra pelas comissões internacionais e do Brasil, para se evitar que no meio desses deslocados aportassem no país imigrantes de perfis indesejados, e sua visão utilitarista dos imigrantes trabalhadores de perfis superiores aos brasileiros, uma matéria publicada pela mesma revista, intitulada “Imigrantes de Luxo”, assinada por José Leal e com fotografias de Flavio Damm e Badaró Braga, no ano de 1952, em 5 de janeiro, edição 12, p. 48, contém críticas severas às comissões que selecionam imigrantes para o Brasil. Quase três anos depois da matéria de Franklin de Oliveira com sua indignação sobre as dificuldades do Brasil em relação a essa imigração dos DPs, aparentemente o tal filtro dos imigrantes não havia funcionado. Sobre isso, assim Leal (1952, pp. 49-50) inicia sua matéria,

O problema da seleção de imigrantes para o Brasil ainda não foi satisfatória e corretamente resolvido, apesar das constantes críticas feitas por toda a imprensa, apesar do interesse de um grupo de homens apaixonados pelo assunto, que se esforçam

como podem para que somente importemos da velha Europa elementos capazes e úteis, técnicos e agricultores, homens do campo inimigos da ociosidade, bons mecânicos que queiram recomeçar a vida em nosso país, depois dos muitos sofrimentos suportados no Velho Mundo durante a última guerra. Isto porque os órgãos responsáveis pela imigração são desorganizados, são máquinas com peças desajustadas, reinando em seu seio as intriguinhas de gabinete, a politicagem prejudicial que entrava a boa marcha da questão. O resultado disso tudo tem sido o mais decepcionante possível. Frequentemente desembarcam no porto do Rio Levas e Levas de imigrantes. Nem todos, entretanto, servem para o que necessitamos: até músicos profissionais, bailarinas austríacas, cabeleireiras letonianas conseguiram vistos em seus passaportes, inventaram outras profissões e vieram para cá.

Nota-se, a partir da leitura do fragmento da matéria de José Leal, a insatisfação com o tipo de imigrante que estava aportando no Brasil. Aquela visão de Franklin de Oliveira, positiva, acerca da superioridade técnica dos imigrantes que viriam para o país, parece que não estava se concretizando, haja vista o perfil dos imigrantes europeus que estavam chegando ao país, segundo José Leal. A matéria conta com farto registro fotográfico de imigrantes músicos, costureiras, sapateiro, cozinheiros, vendedores, domésticas, padeiros, entre outros, inclusive os sem profissão. Todos acolhidos na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, que funcionou como local inicial de hospedagem. Desde o século XIX que a Ilha das Flores era usada para esse fim. Segundo Lessa e Suppo (2009, p. 91),

Em maio de 1883, o governo inaugurou a Hospedaria do Imigrante, administrada pela Inspetoria de Terras e Colonização. Criada especialmente para recepcionar os imigrantes recém-desembarcados, em trânsito ou não na capital do país, era localizada em uma ilha no fundo da Baía de Guanabara, denominada Ilhas das Flores, e na época tornou-se uma referência de esforço do Estado no âmbito do projeto de colonização.

Na Ilha das Flores, a matéria de José Leal apela para algumas fotos que estampam mulheres estrangeiras em trajes de banho, tomando banho de sol, possivelmente querendo demonstrar a “boa vida” que imigrantes sem qualificação estavam tendo no Brasil. A matéria ainda evidencia depoimentos de alguns desses imigrantes rejeitando o trabalho agrícola, demonstrando o caráter urbano dos que aqui estavam chegando.

As críticas na matéria de José Leal são contundentes aos imigrantes “hospedados” na Ilha das Flores e às comissões de seleção. Diante das denúncias e dos depoimentos dos imigrantes apresentados na matéria, refratários ao trabalho no campo ou de perfil totalmente “inapropriado” para o que se exigia na lei de imigração e colonização da época, finaliza sua matéria

indignado, mostrando que tipo de imigrante estava sendo selecionado, nos seguintes termos:

[...] os responsáveis pela seleção imigratória parecem que não sabem disso, e mandam para cá bandos e bandos de rapazes e moças que servirão apenas para entulhar as grandes cidades, porque, de fato, essa gente não quer saber do campo, do arado, da agricultura: quer é a boa vida, como um músico que encontrei na Ilha das Flores casado com uma senhora maetrina: - Não vim para o Brasil para trabalhar em agricultura. Sou técnico somente no meu instrumento. Eu e minha mulher somos francamente de Bach, Chopin, Beethoven e Massenet (Leal, 1952, p. 54).

Será que Franklin de Oliveira, que embora tivesse a expectativa dos deslocados de guerra como profissionais técnicos que melhorariam a produtividade brasileira, também não veria com bons olhos os imigrantes que estavam desembarcando por aqui segundo a percepção de José Leal? Uma das características das revistas semanais é a de modelar a opinião pública. Certamente no período a opinião pública sobre os imigrantes refletiria o que sua mídia informava. Sobre isso, podemos citar José Lins do Rego que em seu artigo de opinião no jornal "O Globo" do Rio de Janeiro, de 26 de novembro de 1947, intitulado "Sobre a Imigração dos Deslocados", aponta que:

Não faz muito tempo, a imprensa desta capital abriu a boca no mundo para registrar um escândalo. Era que os homens encarregados de promover, na Europa, a imigração de deslocados para o Brasil, estavam mandando para cá, pianistas, bailarinos, pintores, ao invés de agricultores, técnicos, mecânicos. E quando não eram artistas, os que chegavam, eram pobres doentes, restos de uma humanidade apodrecida. Estas denúncias ecoaram, de tal modo na opinião pública, que levaram o governo a tomar uma atitude enérgica. Foram destituídos homens responsáveis pela desídia (Rego, 1947, p. 3).

A destituição mencionada por José Lins do Rego trata-se, entre outros, do Sr. Artur Hehl Neiva que na época era o chefe da Delegação Brasileira de Imigração, responsável pela seleção dos deslocados de guerra na Europa, segundo o acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Comitê Intergovernamental de Refugiados. Leal (1952, p. 51) informa que Neiva "foi dispensado do cargo em 2 de agosto de 1947, em virtude de violenta campanha jornalística feita no Rio contra sua pessoa".

Fica evidente, cruzando-se os posicionamentos de opinião de Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e José Leal com os de Franklin de Oliveira, que havia uma divergência de posicionamentos entre os que operavam a imprensa. Certamente essa diversidade de pontos de vista se refletia no seio da sociedade, que também dividida, apresentava-se confusa sobre o assunto, com fortes inclinações à aversão aos imigrantes, o que refletia em quem operava as comissões de seleção dos deslocados. Andrade (2005, p.

29), ao apontar os acordos das comissões Brasil-OIR, menciona que havia deficiências de ordem conjuntural e que:

Houve propaganda desfavorável e aversão da opinião pública, acentuadas por racismo e resistência, ostensiva ou silenciosa, dos representantes da administração pública, que viam nas atividades da OIR e de suas instâncias domésticas ameaças à soberania brasileira e às suas competências burocráticas.

Seguramente, a propaganda mencionada acima por Andrade (2005) tenha na imprensa, por meio dos jornais e das revistas da época, forte impulsionadora na conformação da opinião pública sobre o entendimento da migração dos deslocados de guerra para o Brasil. O aspecto utilitarista e salvacionista observado em Franklin de Oliveira dava lugar à apreensão provocada pela chegada de imigrantes com um perfil diferente. Associada a isso, a imprensa também promovia forte posicionamento contra os regimes totalitários que encetaram a grande guerra na Europa, além de uma disposição anticomunista contundente que aos poucos foi levando parte dos brasileiros a associar a figura dos imigrantes “indesejados”, segundo os critérios da época, a anarquistas, comunistas e indivíduos desqualificados de outra ordem. Tudo isso estampado também em fotos realistas e muitas vezes com ângulos artísticos, instrumento poderoso que as revistas semanais, como “O Cruzeiro”, adotaram com maestria, ainda que em muitas vezes transitassem pelo universo opinativo. Nesse sentido, “[...] a revista não se limita ao texto, mas incorpora a imagem como instrumento de opinião, atende, muitas vezes, ao imperativo de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, crônica, etc.” (Melo, 2003, p. 163).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos nas matérias das revistas e jornais da época da imigração europeia do pós-guerra para o Brasil representam recortes de realidade com pitadas de opinião dos jornalistas, mas o poder e prestígio que possuíam forjavam em seu público juízo de valor na sociedade e seu poder de influência das decisões políticas. Decerto, o malgrado das políticas de imigração do presidente Dutra apontado por Franklin de Oliveira refletiam a pressão popular, o que possivelmente pode evidenciar que veículos de comunicação, como revistas semanais, influenciaram no posicionamento político de tomadores de decisão. Na época, é possível que o caminho unilateral da informação dos emissores para os receptores fosse determinante na consolidação de uma representação social de temáticas tão delicadas. Ainda que tendências nos pontos de vista veiculados pela imprensa não fossem unânimes, devem ter prevalecido aquelas que eram mais contundentes e respaldadas pelo prestígio da marca que a veiculava. Prestígio esse que era conferido pelo poder econômico adquirido em função do volume de

comercialização dos seus impressos, que eram diretamente proporcionais ao número e qualidade dos anunciantes. Esse, decerto, era o negócio. A informação, ainda que à base de opinião, portanto de subjetividade, era o seu pretexto, e a representação social ou consolidação da opinião pública, seu efeito colateral.

Ao considerarmos as ideias que circulavam no Brasil no princípio do século XX centradas nos contributos da eugenia, purismo de raça, sanitarismo, preconceito racial, fundadas, sobretudo, no passado escravocrata, e como os negros foram tratados após a chamada abolição da escravatura, compreende-se melhor os caminhos de seletividade adotados pelo Brasil nas migrações do pós-guerra. Não importava ter empatia com os “condenados da Terra” (parafrazeando Frantz Fanon), que boa parte dos imigrantes deslocados de guerra representava, o que importava era o grau de utilitarismo, em uma perspectiva exploratória, que esse imigrante possuía. O racialismo, um dos componentes da ação eugênica nazista no período da II Guerra Mundial, embora tenha sido rechaçado no pós-guerra pelas nações, por certo permaneceu presente nas condições para a aceitação de imigrantes deslocados de guerra no Brasil e em outras partes do mundo. Essas condições, incitadas pela mídia, em que pese abordagens opinativas, foram cruciais para forjar a percepção do brasileiro sobre as migrações do pós-guerra.

Atualmente vivemos problemas migratórios intensos em todos os continentes e com motivações múltiplas. Decerto com o advento da internet, os olhares e as perspectivas de verificar essas diferentes situações já não são visões unilaterais da mídia, o que, de certa forma, aumenta o universo de percepções. Ainda que existam inúmeros veículos de mídia que reflitam por jornalismo de opinião o que seria a “verdade dos fatos”, o poder de moldar a opinião pública que no passado possuíam, tem cada vez mais um alcance menor. Por outro lado, a opinião, antes unilateralmente emitida pelos grandes veículos de mídia, se deslocou para um polo difuso que tem nas redes sociais seu emblema máximo. Assim, é possível que esses múltiplos olhares, a comunicação bilateral que as interlocuções das redes permitem, também sejam auxiliares para a formação de uma opinião pública mais robusta, uma vez que pautada na profusão de ideias, permita ao público extrair um posicionamento pautado no bom-senso e com maior alteridade.

Embora ainda existam justificativas resistentes à imigração que envolvem questionamentos sobre a qualificação dos imigrantes, diante dos instrumentos que hoje se possui para a formação dos indivíduos, essa já não é uma justificativa plausível para se questioná-la. O amadurecimento das sociedades no mundo do trabalho e toda tecnologia que hoje se tem, dificilmente serão argumentos para questionar a qualificação de imigrantes, mas as questões culturais dos deslocados continuarão sendo apontadas como justificativas ao impedimento do trânsito migratório, e esse discurso é poderoso nas redes sociais.

As diversas temáticas que a imprensa abordou no passado por seus agentes,

com seus posicionamentos orientados por princípios editoriais, formaram uma espécie de nuvem sincrética, pautando a opinião pública, que ansiou pela técnica redentora do agricultor europeu, mas que passou de fato a temer até simples imigrantes bailarinas, desempregadas, que aportaram em terras brasileiras. Por certo nos tempos atuais as bailarinas são desejáveis, uma vez que ampliariam e enriqueceriam o repertório de valores culturais do povo anfitrião, transmitindo uma linguagem pautada na suavidade da expressão corporal, alcançando a percepção humana a um patamar mais sublime. Em tempos tão duros, bailarinas tocariam a sensibilidade do espírito.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral JR., Alberto e Perrone-Moisés, Cláudia (1999). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: EdUSP.

Andrade, José H. Fischel de (2005). O Brasil e a Organização Internacional para os refugiados (1946-1952). *Rev. Bras. Polít. Int.* 48, 1-37.

Andrade, José H. Fischel de (2006). *A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas - sua gênese no período pós-guerra (1946-1952)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília.

Culpi, Ludmila Andrzejewski (2017). *Mercosul e políticas migratórias: processo de transferência de políticas públicas migratórias pelas instituições do Mercosul ao Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (1991-2016)*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Culpi, Ludmila Andrzejewski (2020). *Estudos migratórios*. Curitiba: Contentus.

Furtado, Celso (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.

Goucher, Candice e Walton, Linda (2011). *História mundial: jornadas do passado ao presente*. Porto Alegre: Penso.

Leal, José (1952). "Imigrantes de Luxo". *O Cruzeiro*, 12, 48-54.

Lessa, Mônica Leite, e Suppo, Hugo Rogélio (2009). A emigração proibida: o caso França-Brasil entre 1875 e 1908. En Laurent Vidal e Tania Regina de Luca (Orgs.), *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX* (pp. 67-91). São Paulo: Editora UNESP.

Luna, Francisco Vidal e Klein, Herbert S (2016). *História Econômica e Social do Brasil*. São Paulo: Saraiva.

Maia, Hélio José Santos, e Silva, Maria Abádia (2016). Educação e Sanitarismo no Brasil, um projeto eugenista realizado. *Rev. Latino-Americana de História*, 5(15), pp. 110-131.

Melo, José Marques de Melo (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira.

OIM - Organização Internacional de Migrações (2010). *Glossário sobre Migrações*. Disponível em: <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em 01 de janeiro.

Oliveira, José Ribamar Franklin de (1949). O duplo crime da imigração. *O Cruzeiro*, 49, 61-70.

Queiroz, Rachel de (1947). Indesejáveis. *Diário de Notícias*, 14/09/1947.

Rego, José Lins do (1947). Sobre a Imigração dos Deslocados. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 26/11/1947. p. 3.

Ribeiro, Darcy (1995). *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwaab, Reges (2013). Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. En Frederico Tavares e Reges Schwaab (Orgs.), *A revista e seu jornalismo* (pp. 58-75). Porto Alegre: Penso.

Silveira, Guaracy da, Sangaletti, Letícia e Wagner, Cristina (2018). *Introdução ao jornalismo*. Porto Alegre: SAGAH.